

# O NOVO RURAL BRASILEIRO

José Graziano da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

O propósito deste texto é chamar a atenção para o que há de novo no meio rural brasileiro. Procuramos mostrar algumas dessas dimensões para o Brasil a partir dos dados das PNADs para 1981 e 1990. Concluimos que já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

## 1 INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é chamar a atenção para o que há de novo no chamado meio rural brasileiro.

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso, que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que

---

1 Professor titular de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP e consultor da Fundação SEADE (e-mail: "Graziano@Turing.Unicamp.Br"). O autor agradece a colaboração de Mauro del Grossi, Otávio Balsadi e Flavio Bolliger no processamento dos dados e os comentários do Prof. Rodolfo Hoffmann e de Vandeli Guerra do IBGE.

antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agroindustriais”, que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas (Graziano da Silva, 1996a).

Mas isso é apenas suficiente para explicar parte das transformações do mundo rural contemporâneo, em particular aquelas que se coadunavam com o paradigma da industrialização da agricultura, que previam as “fábricas verdes” como protótipo da organização social do trabalho nos campos<sup>2</sup>. Não há dúvida que há poucas décadas atrás não se pensava que haveria um decréscimo gradual e persistente do emprego total dos setores industriais, à semelhança do que ocorria nas atividades agrícolas, nem que o emprego por conta-própria e outras formas flexíveis de contratação típicas do mundo rural viessem a ser uma alternativa à estrutura fordista das fábricas modernas. Tampouco que o crescimento do emprego temporário e sazonal tomasse conta dos serviços urbanos, nem que o trabalho a domicílio, tido como um processo transitório característico apenas das atividades manufatureiras prévias à indústria mecanizada, viesse a ressurgir nas indústrias de ponta no Século XX (Pugliesei, 1991).

E a que se deve tudo isso? Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridas neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação. Hoje, as dimensões do estilo e qualidade de vida ganharam importância dentro do “*status* profissional”; e as inovações nos setores das comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecidas. Possivelmente, a emergência de um novo paradigma, que vem sendo chamado de “pós-industrial”, por uns e de “pós-fordista” por outros<sup>3</sup>, assentado nessas novas tecnologias – com destaque para a informática e a microeletrônica – permitirá alterar simultaneamente a natureza das inovações tecnológicas e as formas de organização industrial decorrentes de sua aplicação ainda nesse final de Século XX.

- 2 Também do ponto da organização do trabalho a cidade se parece cada vez mais com a do campo e vice-versa: recentemente um grande jornal paulista mostrou, para espanto de muitos, os bóias frias de uma usina de São Paulo marcando a hora de entrada e de saída do trabalho, ou seja, batendo ponto como um barnabé qualquer deste país (Casado, 1996.)
- 3 Termos que muitas vezes mais confundem do que esclarecem (Goodmann, Watts, 1994).

Não é nosso propósito nos aprofundarmos nesses aspectos, mas apenas reconhecer que tanto na indústria, como na agricultura, essas novas tecnologias já estão alterando profundamente não só as formas de organização do processo de trabalho, conforme mencionado anteriormente, mas também reduzindo a escala mínima necessária da atividade econômica e redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial (Lipietz, Leborgue, 1988). O desejo de uma estabilidade social representada pelo empregado das grandes corporações vai cedendo lugar, no imaginário popular, ao prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa.

A utilização que os autores clássicos (como, por exemplo, Marx e Weber) davam ao corte urbano/rural relacionava-se ao conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) em função do progresso das forças capitalistas que minavam a velha ordem feudal. A dicotomia urbano-rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do Século XVII e não propriamente um corte geográfico. É a partir daí que o “urbano” passou a ser identificado com o “novo”, com o “progresso” capitalista das fábricas; e os rurais – ou a “classe dos proprietários rurais”, com o “velho” (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o “atraso” no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais como, por exemplo, na famosa disputa pela revogação das leis que limitavam a importação de cereais pela Inglaterra na época de David Ricardo.

Os funcionalistas americanos deste século terminaram por fazer a identificação espúria de rural com atrasado para justificar as suas propostas intervencionistas “de fora”, entre as quais os programas de assistência técnica e extensão rural. O diagnóstico neoclássico dizia que os agricultores eram pobres, mas eficientes: o problema não estava no uso dos “fatores de produção” disponíveis, mas sim que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para superar a condição de pobreza em que viviam. Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de “novos fatores” que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos, é claro<sup>4</sup> (Shultz, 1965).

Menéndez (1985) ressalta que o rural ainda hoje é definido usualmente como o mundo não-urbano ou não-metropolitano. E que a visão que se tem do mundo rural ainda está completamente vinculada à evolução do mundo agrário, enquanto a indústria e os serviços parecem ser características “naturais” do meio urbano, mas já não se pode falar de mundo rural

---

4 Note-se que a proposta é exatamente o contrário da atual “Revolução duplamente verde” onde se procura eliminar a pobreza rural a partir de uma melhor combinação dos recursos disponíveis no meio rural (Abramovay, Sachs, 1995).

identificando-o exclusivamente com as atividades agropecuárias. Por isso é que Marsden (1989) ressalta que “é preciso reconceituar o agrário”, pois nesse final de Século XX as áreas rurais dos países desenvolvidos começam a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade sai dos “padrões fordistas”. Tais desenvolvimentos pressionam por novos modos de regulação por parte do Estado que incluam as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem-estar social, de desenvolvimento rural *etc.* O autor cita três pontos focais do debate atual:

- a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas pela ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou do consumo;
- b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das “novas formas, mais especificamente, o capital financeiro”;
- c) o significado do atual processo de *commoditization* é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente *etc.*

Para Blakely, Bradshaw (1985) a emergência de uma sociedade avançada ou “pós-industrial” é caracterizada pelo crescimento das empresas do setor serviços, pelo decréscimo relativo da produção de bens materiais e pela substituição dos processos intensivos em mão-de-obra pela produção com base na aplicação intensiva do conhecimento e manejo da informação. Ademais, a sociedade industrial avançada rural incorpora diversas oportunidades para diversos estilos de vida tais como administração profissional, organizações burocráticas e melhoria das comunicações.

Os autores mostram que nos EUA, desde 1977, o pessoal técnico e administrativo (*white collar*) superava o pessoal obreiro (*blue collar*) nas zonas rurais, com uma constante elevação do nível de escolaridade e de profissionais técnicos de nível superior. Em 1980, o emprego em serviços respondia por mais de 60% do emprego rural nos EUA.

A América rural tornou-se, assim, não um resíduo ou um participante minoritário nas forças sócio-econômicas que configuram a nação norte-americana, mas parte da sua evolução para uma sociedade pós-industrial avançada. Pela primeira vez desde a expansão para o Oeste dos Estados Unidos, as áreas rurais voltaram a ser parte integrante da sociedade e da economia dos EUA do ponto de vista do seu *way of life*, concluem Blakely, Bradshaw (1985).

Os autores destacam ainda que, apesar de todas essas mudanças, as políticas rurais continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o

isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde *etc.*) e de qualificação (ensino básico e técnico). Não se tem levado em conta o fato de que as zonas rurais têm necessidades novas, típicas de uma sociedade pós-industrial como, por exemplo, a de estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental *etc.*

Nesse sentido, a reforma de 1992 da Política Agrária Comum Européia representou um significativo avanço no sentido de tratar seus agricultores de maneira mais abrangente, indo além da ótica meramente produtiva. A introdução de pagamentos compensatórios como um dos instrumentos fundamentais de proteção dos pequenos produtores em regiões desfavorecidas e a eleição da preservação ambiental e do reflorestamento como diretrizes centrais representou uma possibilidade concreta de reduzir a proteção via preços que determina o caráter eminentemente produtivista das políticas rurais da comunidade (Perales, 1994).

No mundo rural dos países desenvolvidos esse novo paradigma “pós-industrial” tem um ator social já consolidado: o *part-time farmer* que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o *part-time* não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

Na verdade, a novidade em relação àquilo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado camponeses em processo de proletarianização é a combinação de atividades não-agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente. E mais: os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarianização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social. É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias *etc.* O sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita.

Segundo Mingione, Pugliese (1987), o *part-time* é o elemento fundamental da nova base social da agricultura moderna. Eles atribuem essa possibilidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar a um processo de “desdiferenciação” ou “desespecialização” da divisão social do trabalho que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista. Vários fatores vêm contribuindo para impulsionar essa nova tendência no mundo rural dos países desenvolvidos, entre os quais se deve destacar a crescente semelhança das formas de organização e contratação de trabalho na indústria com aquelas secularmente existentes na agricultura (flexibilidade de tarefas e da jornada, contratação por tarefa e/ou por tempos determinados *etc.*), a volta da indústria para os campos<sup>5</sup>, a melhoria nos sistemas de comunicação e transporte e o aparecimento de novas formas de trabalho a domicílio.

Como também assinalam Mingione, Pugliese (1987), a pluriatividade na maioria das vezes se associa a um outro fator complexo que é a combinação, cada vez mais freqüente, numa mesma pessoa, do estatuto de empregado com o de conta-própria. O resultado dessa associação é o aparecimento de tipos que, tanto do ponto de vista social como profissional, são difíceis de classificar. E citam o exemplo do alugador de máquinas que trabalha com seu próprio trator em várias explorações agrícolas e que muitas vezes recebe um salário diário em função das horas trabalhadas. Além disso tudo, concluem:

*“assemelha-se mais a um mecânico do que a um camponês, do mesmo modo que hoje em dia o agricultor tende a preocupar-se mais com questões comerciais do que com o crescimento das culturas em si”* (Mingione, Pugliese, 1987, p. 96-97).

Em resumo, a pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

- a) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas *etc.*);

---

5 Vale lembrar que as primeiras indústrias inglesas tinham que se localizar no campo, dada a necessidade de estarem próximas das fontes de energia hidráulica. Com o advento da máquina a vapor, elas se mudam para as cidades, onde havia maior disponibilidade de força de trabalho. É por isso que a máquina a vapor é considerada “a mãe das cidades inglesas” por Marx.

- b) através da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o *management* das atividades agropecuárias.

É por essa segunda forma que, de um lado, milhares de profissionais liberais urbanos, atraídos pelas facilidades decorrentes dos novos serviços disponíveis para apoio das atividades agropecuárias, passaram a olhar os campos como uma oportunidade também para novos negócios. E de outro, milhões de agricultores por conta-própria e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não-especializados buscam formas de prestação de serviços tipicamente urbanas.

A generalização da atividade agropecuária em tempo parcial nos países desenvolvidos decorre fundamentalmente de uma redução do tempo de trabalho necessário dos produtores familiares e por conta-própria. Isso se tornou possível graças:

- a) ao crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação nas atividades criatórias;
- b) aos programas de redução das áreas cultivadas (*set-aside*) e/ou extensificação da produção agropecuária.

Em função dessas mudanças duas grandes transformações ocorreram nas atividades agropecuárias do mundo desenvolvido:

- a) as unidades familiares se individualizaram no que diz respeito à gestão produtiva, liberando os membros da família para buscarem fora outras atividades;
- b) os membros da família que já trabalhavam individualmente ou por conta-própria reduziram o tempo dedicado às atividades agropecuárias em busca de outras atividades rurais ou urbanas que lhes assegurassem maior nível de renda (Baptista, 1994).

Há um outro elemento que viria a se somar ao crescimento da atividade agropecuária em tempo parcial para garantir a pluriatividade no meio rural dos países desenvolvidos, que é a dinâmica de crescimento das atividades rurais não-agrícolas. E aqui novamente é preciso chamar a atenção do que é novo no processo de transferência de atividades urbanas – em particular das atividades industriais – para os campos. É sabido que muitas indústrias tradicionais (que muitos preferem chamar de “sujeiras” ou “decadentes”), há muito já vêm procurando refúgio no espaço agrário por razões de custos internos (maior proximidade das matérias-primas, busca de mão-de-obra barata e não-sindicalizada *etc.*) e custos externos (dificuldades de transporte de cargas, menor rigor no controle de poluição *etc.*).

Mas, mais recentemente, estimuladas pelo desenvolvimento das telecomunicações – e em particular da telemática – novas indústrias e serviços auxiliares da produção, de alto nível tecnológico, também têm se mudado para o campo em busca de melhores condições de produção e de trabalho.

Tomando-se a pluriatividade como a marca fundamental desse “novo agricultor”, podemos assinalar aqui vários outros fenômenos relacionados que podem ser observados no “novo mundo rural” dos países desenvolvidos:

- a) o “desmonte” das unidades produtivas, em função da possibilidade de externalização de várias atividades que antes tinham de ser realizadas na fazenda, através de contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica *etc.*) (Alegre, 1989);
- b) especialização produtiva crescente, permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários como, por exemplo, de animais jovens, mudas e insumos (Goodmann, Sorj, Wilkinson, 1990);
- c) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial (Green, Santos, 1991);
- d) crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas de conteúdo tipicamente urbano, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais não-agrícolas;
- e) melhoria da infra-estrutura social e de lazer, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores facilidades de acesso aos serviços públicos, como previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além de uma melhora substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais (Barlett, 1986).

É evidente que esse novo mundo rural dos países desenvolvidos não é nenhum paraíso. Os índices de pobreza e miséria, bem como o isolamento das populações de menores rendas, apesar de terem se reduzido, ainda continuam altos, *vis-à-vis* os das regiões urbanas. Mas também já é evidente que, para uma dada renda monetária, os padrões de vida dos trabalhadores rurais são iguais ou superiores aos dos pobres urbanos. Talvez seja esse o ponto fundamental de interesse na nova relação de trabalho representada pelo *part-time* nos países desenvolvidos: os custos monetários de reprodução

são mais baixos no contexto rural, especialmente quando, através da atividade agrícola em tempo parcial, também há interligação via mercado de trabalho (Mingione, Pugliese, 1987, p. 92).

Nos países subdesenvolvidos também já se pode observar com clareza o fenômeno dos *part-time* (Graziano da Silva, 1995a; Schneider, 1995; Anjos, 1995), embora sem a mesma magnitude que assume nos países desenvolvidos<sup>6</sup>. É evidente que há diferenças substanciais, ainda que se possa observar, em graus diferentes de importância relativa conforme as diferentes regiões do País, os mesmos fenômenos apontados anteriormente: o “desmonte” e especialização das unidades produtivas, o crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais, o crescimento do emprego rural não-agrícola e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural.

Nas próximas seções vamos procurar mostrar algumas dessas dimensões para o Brasil a partir dos dados das PNADs para 1981 e 1990.

## 2 A EVOLUÇÃO DA PEA RURAL E DA PEA AGRÍCOLA NOS ANOS 80

A Tabela 1 mostra os dados das PNADs relativos aos anos de 1981, 1986 e 1990 para a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada segundo a situação do domicílio (rural ou urbano) e a natureza da atividade (agrícola, não-agrícola)

**Tabela 1**  
PEA OCUPADA SEGUNDO O DOMICÍLIO E ATIVIDADE:  
BRASIL, 1981, 1986 e 1990

	PEA (1000 pessoas)			Taxa de crescimento (% a. a.)		
	1981	1986	1990	1981/86	1986/90	1981/90
Urbana	31.669	40.266	43.351	4,9	1,9	3,6
Rural	13.797	15.170	16.321	1,9	1,8	1,9
Agrícola	13.300	14.331	13.998	1,5	-0,6	0,6
Não-agrícola	32165	41.105	45.676	5,0	2,7	4,0
TOTAL	45.465	55.436	59.673	4,0	1,9	31

Fonte: PNADs 1981 e 1986, dados publicados; 1990, dados revisados.

<sup>6</sup> As estimativas variam muito de país para país, mas certamente constituem de há muito a maioria da população rural na Europa, Japão e Estados Unidos, (Gasson, Ruth, 1988).

Esses dados permitem demonstrar um primeiro e crucial aspecto: o crescimento da PEA rural é muito maior do que o da PEA agrícola, especialmente na segunda metade dos 80, quando a taxa de crescimento desta foi negativa. Ressalte-se que o final dos 80 são considerados anos extremamente favoráveis do ponto de vista da absorção de mão-de-obra pelas atividades agropecuárias<sup>7</sup>. Em 1990, a PEA rural já superava a PEA agrícola em mais de 2,3 milhões de pessoas.

A Tabela 2 permite mostrar que nos anos 80 não se alterou significativamente a distribuição da PEA agrícola, segundo as suas componentes rural e urbana, mas o peso relativo da PEA rural na PEA total caiu de 29,4% para 26,1%. Nota-se também que cresceu a proporção de desocupados (procurando emprego) que têm domicílio rural, o que significa que a pressão sobre o mercado de trabalho urbano não vem mais apenas via êxodo rural, mas que pode haver uma disputa crescente de postos de trabalho urbanos pelas pessoas com domicílio rural. Esse é mais um dos aspectos da urbanização do meio rural brasileiro a que já nos referimos anteriormente.

**Tabela 2**  
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%) DA PEA AGRÍCOLA,  
DOS DESOCUPADOS E DA PEA TOTAL  
SEGUNDO O LOCAL DOMICÍLIO:  
BRASIL, 1981, 1986 E 1990

DOMICÍLIO	1981	1986	1990
<b>PEA AGRÍCOLA</b>			
Rural	80,8	79,8	80,9
Urbano	19,2	20,2	19,1
<b>DESOCUPADOS</b>			
Rural	6,8	6,9	8,3
Urbano	93,2	93,1	91,7
<b>PEA TOTAL</b>			
Rural	29,4	26,9	26,1
Urbano	70,6	73,1	73,9
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNADs 1981, 1986 e 1990 (não revisado), tabulações especiais reprocessadas a partir das fitas originais por Mauro Del Grossi.

7 Isso porque, nos anos 80, apesar da crise, o setor agrícola teve um desempenho altamente favorável. Além disso, a violenta queda do valor real do salário mínimo, que foi reduzido a praticamente a metade no período considerado, permitiu a expansão do trabalho assalariado em praticamente todas as regiões do País.

A Tabela 3 mostra a distribuição relativa da PEA rural segundo os principais ramos de atividade econômica em 1990 para as grandes regiões do País. Chama a atenção o fato de que no Sudeste, neste ano, mais de 40% da PEA rural já estava ocupada em atividades não-agrícolas com destaque para serviços pessoais e agroindustriais.

**Tabela 3**  
DISTRIBUIÇÃO DA PEA RURAL  
SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA:  
BRASIL E REGIÕES, 1990

RAMO	CO	NE	SE	SU	BR
Agropecuária	62,0	71,8	58,5	73,1	64,8
Indústria de transformação	5,9	6,1	9,2	6,5	6,9
Indústria de construção	3,0	2,8	4,8	2,3	3,2
Outras indústrias	1,9	0,9	0,9	1,1	1,0
Comércio	5,2	4,1	3,8	2,7	3,8
Serviços pessoais	10,8	6,0	13,0	6,8	8,0
Serviços auxiliares à produção	1,3	0,4	0,9	0,3	0,6
Transportes e comunicação	2,0	1,1	1,8	1,5	1,4
Social	4,9	4,2	3,3	2,6	3,6
Administração pública	1,9	1,4	1,3	1,5	1,4
Outras não-agropecuárias	0,3	0,2	0,8	0,5	0,4
Desemprego	0,9	1,0	1,7	1,1	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1990 sem revisão, reprocessados a partir das fitas originais por Mauro Del Grossi.

A Tabela 4 mostra a decomposição da taxa de crescimento da PEA rural pelos principais setores de atividades, segundo as grandes regiões pesquisadas pela PNAD (que exclui a Região Norte).

**Tabela 4**  
TAXAS DE CRESCIMENTO (% a. a.) DA PEA RURAL  
SEGUNDO OS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE:  
BRASIL E GRANDES REGIÕES 1981/1990

ATIVIDADE	CO	NE	SE	SU	BR
Agrícola	2,2	1,8	-0,3	-0,6	0,7
Indústria de transformação	10,3	6,9	7,7	4,4	6,7
Indústria de construção	13,0	-10,6	9,5	3,5	-3,5
Outras indústrias	11,2	2,5	2,7	1,8	3,2
Comércio	14,0	7,5	9,2	6,3	8,2
Serviços pessoais	12,8	8,1	9,8	9,3	9,4
Serviço auxiliar	3,8	11,4	7,7	1,0	6,8
Transporte e comunicação	18,1	6,0	9,7	7,6	8,3
Social	12,4	8,8	9,2	3,1	7,9
Administração pública	11,3	11,7	9,8	9,8	10,7
Outras não-agropecuárias	3,2	1,0	8,6	6,3	5,5
Desemprego	7,8	1,0	4,1	10,7	4,1
TOTAL	5,0	2,2	2,5	0,8	2,1

Fonte dos dados básicos: PNADs 1981 e 1990 (não revisado), reprocessados a partir das fitas originais por Mauro Del Grossi.

Como se pode perceber, exceto pela distorção dos dados no ramo da construção civil no Nordeste<sup>8</sup>, todas as taxas de crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas são positivas e bastante superiores às taxas de crescimento da ocupação em atividades agropecuárias de suas respectivas regiões.

Note-se também o extraordinário crescimento das pessoas com domicílio rural ocupadas na indústria da transformação, no comércio e, de modo muito especial, nos serviços, tanto pessoais, como nos auxiliares da produção e nos serviços públicos.

Note-se ainda que a taxa de crescimento média da PEA agrícola nos anos 80, embora baixa, ainda é positiva. Isso só foi possível graças ao desempenho altamente favorável que tiveram a PEA agrícola das Regiões Nordeste (que sofreu seca em 1981) e Centro-Oeste (expansão da fronteira agrícola dos cerrados) nos anos 80 por razões que dificilmente se repetirão. Ressalte-se que no mesmo período o crescimento da PEA agrícola já foi negativo para as Regiões Sudeste e Sul (-0,3 e -0,6% a. a., respectivamente), tendo sido contrabalançado pelo expressivo crescimento da PEA rural, particularmente na Região Sudeste onde superou 2,6% a. a. (Tabela 4).

Não é nosso objetivo detalhar aqui o que se passou em cada um desses ramos. Apenas gostaríamos de assinalar que essas tendências são muito parecidas com as apontadas por Blakely, Bradshaw (1985), que mostram também um grande crescimento dos serviços pessoais produtivos e governamentais no meio rural dos EUA no final dos anos 70. Segundo os autores citados, o crescimento dos serviços governamentais nas zonas rurais, especialmente dos serviços de assistência técnica à produção e a prevenção de doenças, acompanhados de uma substancial melhoria da infra-estrutura social (escolas, hospitais, ambulatórios *etc.*) e da rede previdenciária, mudou o estilo e a qualidade de vida do *farmer* norte-americano. E tornou possível, em muitos lugares antes estritamente agrícolas, a construção de casas de campo para lazer da população urbana mais próxima e a vinda de turistas, especialmente de pessoas aposentadas.

Os dados das PNADs também permitem uma análise desagregada ao nível dos principais grupos de ocupação da PEA rural, conforme apresentado na Tabela 5. Por precaução em relação à desagregação possível dos dados, optamos por apresentar apenas os dados relativos a São Paulo e ao Sudeste.

---

8 A PNAD de 1981 incluiu no ramo da construção civil as pessoas contratadas nas frentes de trabalho da Região Nordeste, o que inflou artificialmente os dados da ocupação naquele ano.

**Tabela 5**  
**DISTRIBUIÇÃO DA PEA RURAL**  
**SEGUNDO OS PRINCIPAIS GRUPOS DE OCUPAÇÃO:**  
**SÃO PAULO E DEMAIS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE (SE-SP), 1981/90**

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	1000 PESSOAS EM 1990		TAXA DE CRESCIMENTO 1981/90 (% a. a.)	
	SE-SP	SÃO PAULO	SE-SP	SÃO PAULO
Produção agropecuária autônoma	512,4	113,8	0,6	-2,6
Trabalhadores agropecuários	1180,8	418,8	-1,0	-1,6
Tratoristas	25,6	32,9	2,1	3,7
Administradores agropecuários	19,5	n.s	11,7	...
Outras Profissões agropecuárias	49,5	14,6	10,8	10,3
Jardineiros	4,2	11,6	-4,4	18,1
Trabalhador braçal sem definição	46,1	50,1	5,3	18,6
Trabalhadores da construção	90,2	87,2	5,9	10,0
Motoristas	50,7	43,3	8,0	10,7
Trabalhadores de escritório	21,5	58,2	11,9	7,6
Trabalhadores do vestuário	50,2	44,7	5,2	9,6
Trabalhadores da agroindústria	15,3	21,5	6,5	18,2
Trabalhadores do comércio	76,3	72,1	6,9	16,2
Trabalhadores de serviços de asseio e vigilantes	46,8	68,2	11,6	14,7
Empregados doméstico	168,3	118,5	8,5	10,6
Mecânico mais metalurgia	29,8	54,3	9,9	8,9
Trabalhadores de hotel, bar e restaurante	39,0	26,0	12,3	14,5
Professores	34,1	6,2	1,0	12,7
Técnicos 2º grau mais superior	10,0	14,2	8,5	18,8
Empresários não-agropecuários	20,5	25,1	21,5	21,6
Outros	187,5	216,2	6,7	6,8
<b>TOTAL</b>	<b>2679,3</b>	<b>1.497,9</b>	<b>1,7</b>	<b>4,3</b>

Fonte dos dados básicos: PNADs 1981 e 1990 (não revisada), reprocessados a partir das fitas originais de Mauro Del Grossi.

Os dados para São Paulo são exemplares: as duas categorias que mostraram redução no número de pessoas ocupadas nos anos 80 foram os produtores agropecuários autônomos e os trabalhadores rurais ocupados em atividades agropecuárias. Todas as demais categorias apresentaram taxas elevadas de crescimento, com destaque para:

- empresários não-agrícolas residentes no meio rural (21,6% a. a.), que já somavam mais de 25 mil em 1990;
- técnicos de segundo grau e nível superior (18,8% a. a.), que somavam 14 mil em 1990;
- jardineiros (excluídos todos os trabalhadores hortigranjeiros) (18,1% a. a.), mais de 11 mil;
- trabalhadores da indústria alimentar (agroindústria) (18,2% a. a.), quase 22 mil;
- trabalhadores do comércio (16,2% a. a.), que alcançavam o expressivo número de 72 mil.

Vale a pena chamar a atenção também para o crescimento dos empregados domésticos (10,6% a. a.) e dos trabalhadores braçais sem especificação (18,6% a. a.), que reforçam a “desdiferenciação” da divisão social do trabalho a que já nos referimos anteriormente.

Resumindo, podemos dizer que entre as principais atividades não-agrícolas com importância crescente no meio rural brasileiro deve-se destacar, em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural.

Em segundo lugar vêm aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços) e a preservação do meio ambiente.

Finalmente, em terceiro lugar, mas não menos importante nesta rápida caracterização das atividades não-agrícolas que vêm se desenvolvendo no nosso meio rural, é preciso destacar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior do Estado de São Paulo<sup>9</sup>. São pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a 2 hectares, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do País.

---

9 O texto que se segue está baseado em Graziano da Silva *et. al.* (1996).

As Estatísticas Cadastrais do INCRA de 1978 revelam a existência de inexpressivos 18.482 sítios de recreio ocupando uma área total de 896.586 hectares, num total de mais de 3 milhões de imóveis e quase 420 milhões de ha em todo o País. Para o Estado de São Paulo, apenas 9.094 imóveis, com uma área de 306.954 ha, num total de mais de 258 mil imóveis e 20 milhões de ha recadastrados naquela data. Ocorre que o INCRA classifica como sítios de recreio apenas os imóveis sem declaração de qualquer exploração agropecuária e não classifica os com atividades não-agrícolas; ou seja, apenas os com áreas de lazer. Embora uma parte significativa das chácaras de recreio seja exclusivamente para lazer, como é o caso dos “ranchos de pescaria”, é comum encontrar também – e provavelmente são muito mais representativas – unidades que combinam as atividades de fim de semana do proprietário e seus familiares com alguma atividade produtiva – agropecuária ou não – do seu morador, geralmente chamado de “caseiro”.

Muitas dessas chácaras de recreio apresentam atividades produtivas de valor comercial considerável, ultrapassando até mesmo a idéia corrente de “abater parte das despesas de sua manutenção”. Em 1995, uma exposição desses pequenos imóveis rurais, realizada em São Paulo, estimou em cerca de 70 mil os pequenos chacareiros com atividades comerciais no Estado de São Paulo. Eles se dedicam principalmente à criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais, produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, *spas*).

O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, contribuem para manter áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e muitas vezes dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as “grandes culturas” que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas, das periferias das cidades. Terceiro, dão novo uso a terras antes ocupadas com pequena agricultura familiar, inclusive assalariando antigos posseiros e moradores do local como “caseiros”, jardineiros e outras práticas de preservação e principalmente guardiões do patrimônio aí imobilizado na ausência dos proprietários.

As chácaras de fim de semana representam, na nossa opinião, uma versão “terceiro mundista” da política européia das “duas velocidades”, onde se procura atribuir aos pequenos produtores das regiões desfavorecidas a tarefa de guardiões da natureza, reservando às grandes explorações o papel produtivo clássico. Infelizmente, até agora, tem sido dada maior atenção à tarefa de coibir os aspectos negativos desse importante fenômeno como, por exemplo, a especulação imobiliária, a sonegação fiscal e trabalhista, e o desvio de recursos do crédito rural, que ocorrem com muita frequência.

Há porém aspectos positivos que, se devidamente direcionados, poderiam vir a ser objeto de novas políticas públicas. O primeiro é o do emprego: bem ou mal, o contingente de caseiros representa hoje um segmento expressivo dos trabalhadores domésticos (quase 8% da PEA rural paulista, conforme os dados da Tabela 2) que está por merecer uma atenção específica da legislação trabalhista brasileira. O segundo: a cessão da casa de moradia (e por vezes também do direito de manter uma horta doméstica e criações) que, em geral, acompanha o vínculo empregatício. Prefeituras do interior do Estado de São Paulo, por exemplo, têm desenvolvido verdadeiros programas habitacionais, visando recuperar casas abandonadas nas antigas colônias das fazendas e criando meios de transporte público para os trabalhadores urbanos que aí vierem a residir. O terceiro: o uso menos intensivo do solo, de água e de outros recursos naturais tem favorecido um novo tipo de povoamento rural, antes desconhecido num País que se caracteriza por grandes conglomerados urbanos. O quarto: a emergência de um conjunto de atividades intensivas (como olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais tipo rãs, canários, aves exóticas) cujos produtores – muitos dos quais de origem urbana – buscam “nichos de mercado” específicos para sua inserção, como uma forma alternativa de complementar a renda familiar. A atual crise agrícola – que se traduz basicamente por uma queda dos preços das principais *commodities*, como suco de laranja, café e grãos, e numa queda do valor dos imóveis rurais – impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Nesse contexto, ganham importância essas “novas atividades rurais” altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para um conjunto de pequenos produtores que já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas; e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

### **3 A IMPORTÂNCIA DAS RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS NOS ANOS 80**

Gasson (1988) argumenta que foi só com as rendas não-agrícolas do *part-time* que se conseguiu atingir os dois principais objetivos sempre perseguidos mas até então nunca alcançados das políticas agrícolas dos países desenvolvidos: estabilizar e elevar a renda das famílias rurais ao nível das urbanas.

Os dados das PNADs que estamos analisando também permitem mostrar que no caso brasileiro as rendas não-agrícolas são substancialmente maiores que as rendas agrícolas dentro de uma mesma região do País. Na

Tabela 6, a coluna **rur** indica quanto a renda rural dos ramos não-agrícolas é maior que a da atividade agropecuária; e **urb**, quanto a renda urbana é superior à rural para um mesmo ramo de atividade.

**Tabela 6**  
**RENDAS MÉDIAS RELATIVAS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA**  
**SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO (RURAL E URBANO):**  
**BRASIL E REGIÕES, 1990**

Ramo de Atividade	CO		N E		S E		S U		B R	
	rur	urb								
Agropecuária	100	287	100	208	100	282	100	263	100	287
Indústria de transformação	176	129	158	244	238	164	217	158	215	206
Indústria de construção	135	137	207	163	262	111	234	136	242	141
Outras indústrias	146	190	411	165	190	276	362	180	304	202
Comércio	158	151	278	143	196	181	244	150	230	176
Serviços pessoais	77	165	157	121	115	175	103	211	128	176
Serviços auxiliares	127	300	625	103	219	290	473	144	358	208
Transportes e comunicação	174	202	363	150	356	134	375	125	365	152
Social	92	324	146	293	174	239	234	195	162	293
Administração pública	203	214	280	193	311	165	420	129	323	184
Outras não-agropecuárias	179	292	537	199	235	259	373	209	348	229
<b>TOTAL</b>	<b>109</b>	<b>229</b>	<b>130</b>	<b>274</b>	<b>137</b>	<b>256</b>	<b>131</b>	<b>276</b>	<b>132</b>	<b>302</b>

Nota: **rur** = relação entre a renda média da atividade de um determinado ramo e a renda agrícola no meio rural; **urb** = relação entre a renda média urbana e a rural de um dado ramo de atividade.

Fonte dos dados básicos: PNADs 1981 e 1990, reprocessados a partir das fitas originais por Mauro Del Grossi.

A primeira constatação é que a renda média das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no meio rural só era superior à renda média

das pessoas empregadas em serviços pessoais na Região Centro-Oeste; para todo o restante do País e para todos os demais ramos de atividades, as pessoas ocupadas no meio rural em ramos de atividades não-agrícolas tinham uma renda média maior do que a dos que trabalhavam em atividades agropecuárias, em 1990. Em alguns ramos, chegava mesmo a ser de 4 a 5 vezes maior como, por exemplo, no caso das pessoas ocupadas em serviços auxiliares da produção e na administração pública da Região Sul. Por outro lado, na Região Centro-Oeste como um todo, as rendas médias rurais superam em apenas 9% a das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades agropecuárias, alcançando 37% na Região Sudeste. Para o conjunto do País esse valor é de 32%, ou seja, na média do País as rendas rurais superam em quase um terço a renda *per capita* das atividades agropecuárias. Isso significa que são as rendas provenientes das atividades não-agrícolas que puxam para cima a renda média das pessoas residentes no meio rural brasileiro.

A segunda constatação é que, para o mesmo ramo de atividade, a renda média das pessoas com domicílio urbano é sempre maior que a renda média das pessoas com domicílio rural. Dentre as pessoas que trabalham em atividades agropecuárias, as que moram na cidade ganham em média quase três vezes mais que as que moram no campo; no caso da indústria essa relação cai para duas vezes; e no caso da construção civil não alcança uma vez e meia. Ou seja, as rendas médias das atividades não-agrícolas das pessoas que moram no campo estão mais próximas das rendas dos seus pares urbanos que a das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Obviamente, há muitas razões que justificam as evidências anteriormente apresentadas<sup>10</sup>. Nossa intenção aqui é apenas chamar a atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias estão entre as menores remunerações que se pagavam no País em 1990, tanto no meio urbano, como no meio rural. E que, portanto, a possibilidade da pluriatividade com ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar – e porque não dizer, também, estabilizar – as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o País.

O fundamental é que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e residentes no meio rural têm hoje uma alternativa, que parece se desenhar como cada vez mais importante a partir dos anos 80, para aumentarem sua renda sem terem de se mudar para a cidade: **mudar de ramo de atividade.**

---

10 É oportuno lembrar que em 1990, quando ainda vigia o Plano Collor, os níveis de inflação eram bastante reduzidos, o que reduz os problemas de atualização dos valores recebidos, em períodos de tempo diferentes, como no caso dos agricultores *vis-à-vis* os assalariados.

#### 4 A EVOLUÇÃO DA PEA RURAL E DA PEA AGRÍCOLA NOS 90

Antes de mais nada, é preciso alertar que os dados das PNADs de 1992 em diante não são diretamente comparáveis com os das PNADs anteriores, inclusive 1990, devido a mudanças no critério de enumeração das pessoas de 10 anos e mais economicamente ativas (PEA) que passaram a incluir aqueles que declararam não receber nenhuma remuneração (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) e trabalhar:

- a) 1 hora e mais (antes eram 15 horas e mais);
- b) na produção agropecuária apenas para o próprio consumo e/ou na construção para o próprio uso (antes não eram considerados parte da PEA).

Embora essas mudanças permitam um maior detalhamento das pessoas não remuneradas que realizaram algum trabalho na semana de referência, a sua simples inclusão no total de pessoas ocupadas pode levar a erros grosseiros de interpretação da tendência dos dados quando comparados aos anteriores<sup>11</sup>.

É por isso que apresentamos separadamente, na Tabela 7, diferentes estimativas da PEA ocupada segundo as horas trabalhadas. Quando consideramos todas as pessoas economicamente ativas com 10 anos e mais que trabalham 1 hora ou mais na semana de referência, excluídos aqueles que trabalharam somente para seu próprio autoconsumo – daqui em diante denominada simplesmente **PEA 1+** – podemos dizer que o número de ocupados em atividades agrícolas caiu em quase 360 mil pessoas entre 1992 e 1995. Mas se considerarmos os com 10 anos e mais que declararam trabalhar 15 horas e mais, excluídos também os que trabalharam somente para o próprio autoconsumo – daqui em diante denominado simplesmente **PEA+15** – veremos que a queda dos ocupados em atividades agrícolas é ainda maior: cerca de 460 mil pessoas<sup>12</sup>.

---

11 A rigor, os dados das PNADs de 1992 em diante não devem ser comparados com os anteriores, até que o IBGE refaça os pesos de expansão da amostra, uma vez que os atualmente disponíveis se baseiam em projeções do Censo de 1980, sabidamente superestimados em relação ao crescimento populacional encontrado pelo Censo de 1991.

12 A **PEA+15** não pode ser tampouco diretamente comparável com os dados das PNADs anteriores a 1992 porque exclui os trabalhadores remunerados que declararam trabalhar menos de 15 horas na semana de referência e que representavam, em 1995, cerca de 350 mil pessoas.

**Tabela 7**

PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS (PEA) OCUPADA  
SEGUNDO AS HORAS TRABALHADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA:  
BRASIL, 1992, 1993 E 1995

	1992	1993	1995	1995-92
<b>a) Todos: (PEA 1+1)</b>				
Total	65.395	66.570	69.629	4234
Não-agrícola	46.895	48.316	51.468	4573
Agrícola	18.500	18.254	18.154	-346
– empregados	5.064	4.935	4.784	-280
– conta-própria	4.526	4.418	4.514	-12
– empregador	574	532	530	-44
– não-remunerado	5.122	5.168	5.098	-24
– autoconsumo	3.211	3.198	3.223	12
(Agrícola sem auto)	(15289)	(15056)	(14931)	-358
<b>b) Até 14 horas (PEA -14)</b>				
Total	3.931	4.281	4.416	485
Não-agrícola	1.459	1.670	1.770	311
Agrícola	2.471	2.610	2.646	172
– empregados	24	33	38	12
– conta-própria	108	87	127	19
– empregador	15	11	20	5
– não-remunerado	326	339	390	64
– autoconsumo	1.998	2.139	2.072	74
(Agrícola sem auto)	(193)	(471)	(574)	381
<b>c) Mais de 15 h (PEA +15)</b>				
Total	61.464	62.289	65.212	3748
Não-agrícola	45.436	46.645	49.698	4262
Agrícola	16.029	15.643	15.509	-520
– empregados	5.040	4.901	4.747	-293
– conta-própria	4.419	4.331	4.338	81
– empregador	559	521	510	-49
– não-remunerado	4.796	4.830	4.709	-87
– autoconsumo	1.213	1.059	1.152	-61
(Agrícola sem auto)	(14816)	(14584)	(14357)	-459

Fonte: PNADs de 1992, 1993 e 1995.

Essa diferença pode ser explicada principalmente pelo crescimento das pessoas ocupadas parcialmente, ou seja, aquelas que declaram trabalhar de uma a 14 horas na semana de referência – daqui em diante denominadas **PEA-14** – que aumentou em mais de 380 mil pessoas no período considerado. Note-se que todas as categorias da PEA até 14 horas aumentam no período com destaque para os trabalhadores agrícolas não-remunerados, que aumentam em mais de 60 mil. Esse é mais um indicativo da importância que vêm assumindo as atividades agrícolas em **tempo parcial** no meio rural brasileiro.

Vale a pena destacar também o crescimento dos ocupados exclusivamente na produção para o próprio consumo, especialmente daqueles em tempo parcial (até 14 horas), que aumentaram mais de 70 mil pessoas. Isso é muito importante porque permite relativizar muito a idéia de que as pessoas ocupadas na produção para consumo próprio possam ser consideradas pessoas economicamente ativas como outras quaisquer e comparadas com as pessoas que se encontram formalmente empregadas trabalhando 15 horas ou mais na semana. Esse é um tema que está por merecer uma melhor análise, o que as novas informações agregadas agora pelas PNADs possibilitam.

A Tabela 8 compara a evolução dos cortes rural e agrícola da **PEA total**, que inclui, além dos ocupados em tempo parcial (ou seja, os que trabalharam até 14 horas na semana de referência), mais as pessoas que se dedicavam somente ao próprio autoconsumo e mais os desocupados<sup>13</sup>. É sintomático o contraste: enquanto a PEA rural aumentou em quase 200 mil pessoas no período 1992/95, a PEA agrícola diminuiu em quase 350 mil e os desocupados em cerca de 64 mil pessoas. Isso significa que mais de 550 mil pessoas residentes no meio rural encontraram ocupação em atividades não-agrícolas nesta primeira metade dos anos 90, considerando-se que a PEA agrícola com domicílio urbano manteve a mesma tendência de queda apresentada no final dos anos 80, como mostram os dados da Tabela 2.

---

13 A cada novo critério de abertura da PEA urbana e/ou rural, surge um número de pessoas que não informaram aquele atributo. Para manter a comparabilidade dos dados, nossas tabulações especiais incluíram sempre os que não informaram o ramo de atividade entre os desocupados, o que obviamente acarreta uma sobrestimativa dessa categoria.

**Tabela 8**  
**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA**  
**UMA HORA OU MAIS NA SEMANA DE REFERÊNCIA:**  
**BRASIL, 1992 E 1995**

PEA	1992	1995	Variação	% a. a.
Urbana	52636	56605	3969	2,5
Rural	17333	17532	199	0,4
Agrícola	18500	18154	-346	-0,6
Não-agrícola	46896	51474	4579	3,2
Desocupados	4574	4510	-64	-0,5
Total	69969	74138	4169	1,9

Fonte: PNADs 1992 e 1995 (dados publicados).

Como se constata, o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas estimado pelas PNADs caiu rapidamente na primeira metade dos anos 90 e só não caiu mais porque aumentaram as pessoas ocupadas em tempo parcial e aquelas dedicadas ao autoconsumo, que não eram enumeradas anteriormente. Mas o número de pessoas ocupadas no meio rural cresceu – e cresceu significativamente – pela expansão das atividades não-agrícolas. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem ainda quantificar quais são essas atividades, à semelhança do que fizemos para os anos 1981/90.

A Tabela 9 apresenta os dados para o Brasil (exceto a área rural da Região Norte, exclusive a do Tocantins) da PEA e da PEA ocupada mais de 15 horas (sem as pessoas que se dedicavam apenas ao próprio autoconsumo) retabuladas de acordo com o conceito vigente até 1990, de modo a permitir a comparação com os dados de 1981 com os de 1995<sup>14</sup>. Chama a atenção o fato de que a ocupação agrícola, que estava crescendo nos anos 80 a uma taxa nada desprezível, passa a cair 0,9% a. a. na primeira metade dos anos 90<sup>15</sup>. O fato é ainda mais preocupante se considerarmos que a taxa de crescimento da PEA não-agrícola também diminui entre os períodos aqui considerados.

14 É preciso alertar que o critério de classificação das pessoas ocupadas segundo o ramo de atividades, de 1992 em diante, foi feito pelo critério de maior tempo de dedicação ao longo do ano e não da maior renda obtida. Não foi possível estimar ainda em que medida isso afeta a comparabilidade das pessoas ocupadas em atividades agrícolas nos anos 80.

15 E também superior ao crescimento demográfico de 1980/91, que foi de 2,12% a. a. para o Estado de São Paulo e de 1,93% a.a. para o Brasil (Fundação SEADE, 1992).

**Tabela 9**  
**POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, PEA,**  
**PEA OCUPADA 15 HORAS E MAIS E DESOCUPADOS:**  
**BRASIL 1981/95**

(1000 pessoas)

População	1981	1992	1995	1992/81 % a. a.	1995/92 % a. a.	1995/81 % a. a.
<b>a) Residente</b>	119.692	146.003	152.375	1,8	1,4	1,7
Urbana	85.165	113.807	120.351	2,7	1,9	2,5
Rural	34.527	32.166	32.024	-0,6	-0,1	-0,5
<b>b) 10 anos ou mais</b>	88.903	113.722	120.936	2,3	2,1	2,2
Urbana	64.699	89.787	96.727	3,0	2,5	2,9
Rural	24.234	23.902	24.188	-0,1	0,4	0,0
<b>c) PEA</b>	47.304	66.211	70.242	3,1	2,0	2,9
Urbana	33.410	51.135	55.208	3,9	2,6	3,7
Rural	13.894	15.076	15.034	0,7	-0,1	0,6
<b>d) PEA Ocupada</b>	45.293	61.448	65.559	2,8	2,2	2,7
Não-agrícola	32.058	46.484	51.014	3,4	3,1	3,4
(Urbana)	29.000	42.993	47.144	3,6	3,1	3,5
(Rural)	3.058	3.492	3.870	1,2	3,5	1,7
Agrícola	13.235	14.963	14.545	1,1	-0,9	0,7
(Urbana)	2.536	3.692	3.705	3,5	0,1	2,7
(Rural)	10.699	11.271	10.840	0,5	-1,3	0,1
Urbana	31.536	46.685	50.847	3,6	2,9	3,5
Rural	13.756	14.763	14.709	0,6	-0,1	0,5
<b>e) Desocupados</b>	2.012	4.764	4.683	8,2	-0,6	6,2
(Urbana)	1.874	4.450	4.361	8,2	-0,7	6,2
(Rural)	138	314	325	7,7	1,2	6,3

Fonte: PNADs 1981, 1991 e 1995. Para população residente e de 10 anos e mais, dados publicados; demais dados reprocessados na FSEADE por Flávio Bolliger a partir da amostra original de modo a compatibilizar os conceitos de PEA e de Ocupação anteriores às modificações introduzidas na PNAD de 1992.

É alentador nesse quadro de redução das atividades agrícolas e não-agrícolas *vis-à-vis* os anos 80, constatar entre 1992/95 um forte crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas de 3,5% a. a., contra 1,2% a. a. no período anterior.

É esse crescimento das atividades não-agrícolas que contrabalançou a queda de 1,3% a. a. das atividades agrícolas no meio rural brasileiro e que explica a quase estabilização alcançada da PEA rural nos anos 90. Indicações adicionais mostram que, quando ampliamos o conceito da PEA, para incluir as pessoas que trabalharam menos de 14 horas na semana de referência (mas deixando de fora os que trabalham apenas para o próprio autoconsumo), o crescimento das atividades rurais não-agrícolas é ainda maior.

Isso nos permite levantar a hipótese de que uma parte importante do crescimento da população rural residente de 10 anos e mais seja de pessoas não-remuneradas mas ocupadas parcialmente em atividades agrícolas combinadas com atividades não-agrícolas do tipo *part-time* a que nos referimos anteriormente. A importância desse fato pode ser vista ainda na Tabela 9 que mostra um quase estancamento do êxodo rural a nível agregado para o País; e um pequeno crescimento da população rural com 10 anos e mais, o qual, todavia, foi suficiente para reverter a tendência de queda observada na década passada, sugerindo que são as famílias rurais com maior número de filhos menores que continuam a alimentar o êxodo em direção às cidades.

Os dados para o Estado de São Paulo apresentados na Tabela 10 são ainda mais sugestivos: a população rural residente, que vinha caindo nos anos 80, apresenta um crescimento no período 1992/95 de 2,3% a. a., muito superior ao crescimento da população urbana, que foi de 1,5% a. a. no mesmo período, e da população total<sup>16</sup>. O mesmo ocorre com a população residente de 10 anos e mais.

---

16 Na verdade, esse crescimento ocorreu na primeira metade dos anos 80, tendo estacionado no período 1986/90, como mostramos anteriormente.

**Tabela 10**

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, PEA E PEA OCUPADA 15 HORAS E MAIS: SÃO PAULO, 1981/95

(1000 pessoas)

População	1981	1992	1995	1992/81 % a. a.	1995/92 % a. a.	1995/81 % a. a.
<b>a) Residente</b>	26.040.746	32.291.802	33.819.754	2,0	1,6	1,9
Urbana	23.680.930	30.081.343	31.450.040	2,2	1,5	2,0
Rural	2.359.816	2.210.459	2.369.717	-0,6	2,3	0,0
<b>b) 10 anos ou mais</b>	20.211.363	25.925.620	27.772.432	2,3	2,3	2,3
Urbana	18.474.365	24.208.462	25.894.733	2,5	2,3	2,4
Rural	1.736.998	1.717.158	1.877.699	-0,1	3,0	0,6
<b>c) PEA</b>	11.257.833	15.041.235	16.165.283	2,7	2,4	2,6
Urbana	10.229.108	13988258	15.052.401	2,9	2,5	2,8
Rural	1.028.725	1052977	1.112.882	0,2	1,9	0,6
<b>d) PEA Ocupada</b>	10.640.778	13.716.792	14.865.577	2,3	2,7	2,4
Não-agrícola	9.474.598	12.448.994	13.760.253	2,5	3,4	2,7
(Urbana)	9.145.504	12054721	13242349	2,5	3,2	2,7
(Rural)	329.094	394273	517904	1,7	9,5	3,3
Agrícola	1.166.180	1.267.798	1.105.324	0,8	-4,5	-0,4
(Urbana)	484.303	652991	561045	2,8	-4,9	1,1
(Rural)	681.877	614807	544279	-0,9	-4,0	-1,6
Urbana	9.629.807	12.707.712	13.803.394	2,6	2,8	2,6
Rural	1.010.971	1.009.080	1.062.183	0,0	1,7	0,4
<b>e) Desocupados</b>	617.055	1.324.443	1.299.706	7,2	-0,6	5,5
(Urbana)	599.301	1.280.546	1.249.007	7,1	-0	5,4
(Rural)	17.754	43.897	50.699	8,6	4,9	7,8

Fonte: PNADs 1981, 1991 e 1995. Para população residente e de 10 anos e mais, dados publicados; demais dados reprocessados na FSEADE por Flavio Bolliger a partir da amostra original de modo a compatibilizar os conceitos de PEA e de Ocupação anteriores às modificações introduzidas na PNAD de 1992.

Em relação à PEA, o número de pessoas ocupadas 15 horas e mais no meio rural, que se manteve praticamente constante durante os anos 80, passa a crescer a uma taxa de 1,9% a. a. no período 1992/95, bastante próximo dos 2,5% a. a. apresentados pela PEA urbana.

Mas o grande contraste é em relação à PEA ocupada: as pessoas com atividades agrícolas, que vinham aumentando menos de 1% a. a. nos anos 80, mostraram uma redução muito forte de 4,5% a. a. no triênio 1992/95, enquanto que as ocupadas em atividades não-agrícolas residentes no meio rural dão um salto de quase 10% a. a. no período. É interessante notar também que a queda das pessoas ocupadas em atividades agrícolas é maior entre aqueles que têm domicílio urbano, ao contrário do que ocorreu no mesmo período para o Brasil como um todo. Isso nos permite dizer que, a persistirem essas tendências, no final do século o Estado de São Paulo vai ter menos gente morando no campo trabalhando na agricultura que em outras atividades. É ilustrativo o fato de que, em 1995, das 1,062 milhão de pessoas ocupadas no meio rural paulista, 544 mil estavam ocupadas em atividades agrícolas, enquanto cerca de 518 mil pessoas estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, embora continuassem a residir no meio rural.

Além dos dados das PNADs, também é possível obter uma indicação da evolução de emprego agrícola nos anos 90 a partir das estimativas da demanda de força de trabalho no subsetor culturas. Dadas as estimativas das áreas colhidas levantadas pelo IBGE, a Fundação SEADE vem estimando a demanda de força de trabalho para as principais culturas a nível das regiões e estados<sup>17</sup>, através de coeficientes de exigências de mão-de-obra segundo as diferentes fases de seus calendários agrícolas. Os resultados obtidos podem ser visualizados na Tabela 11, devendo-se ter em conta que, como os coeficientes são os mesmos para todo o período considerado, as variações na demanda de força de trabalho refletem apenas a mudança no *mix* de produtos em cada região. Isso significa também que a queda observada na demanda da força de trabalho agrícola do subsetor culturas está fortemente subestimada, pois não foi considerado o efeito das mudanças tecnológicas, variável fundamental para se entender a queda do emprego agrícola na segunda metade dos anos 80 (Graziano da Silva, 1995b).

---

17 Para a metodologia utilizada ver Seade (1996).

**Tabela 11**  
**ÍNDICES DE ÁREA CULTIVADA**  
**E DE DEMANDA DE FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA ANUAL<sup>1</sup>:**  
**BRASIL, REGIÕES E ESTADOS: 1990-1996**

Base: 1990=100

Brasil Regiões e Estados	1994	1995	1996	1994	1995	1996
<b>Brasil</b>	101	101	98	98	98	96
<b>Norte</b>	126	129	124	116	121	118
Rondônia	142	130	127	118	114	113
Acre	124	127	120	123	129	123
Amazonas	105	107	106	102	104	99
Roraima	180	251	279	125	175	198
Pará	127	142	141	116	130	128
Amapá	104	147	202	100	143	200
Tocantins	95	95	75	122	74	58
<b>Nordeste</b>	111	109	111	99	100	101
Maranhão	119	125	125	114	121	129
Piauí	98	100	98	79	88	90
Ceará	142	132	133	137	132	133
Rio Grande do Norte	142	141	133	116	118	108
Paraíba	96	100	103	82	92	89
Pernambuco	112	108	114	88	92	91
Alagoas	99	99	105	88	84	88
Sergipe	148	143	153	118	117	119
Bahia	97	92	96	92	89	89
<b>Centro-Oeste</b>	110	112	103	92	96	94
Mato Grosso do Sul	91	91	80	91	110	106
Mato Grosso	129	140	132	77	79	83
Goiás	107	104	94	108	105	98
Distrito Federal	97	91	82	100	80	84
<b>Sudeste</b>	96	94	89	90	89	85
Minas Gerais	99	98	90	96	95	88
Espírito Santo	89	83	84	89	85	85
Rio de Janeiro	87	76	73	87	79	74
São Paulo	96	93	90	85	85	81
<b>Sul</b>	93	92	91	98	97	92
Paraná	92	94	98	86	87	83
Santa Catarina	90	89	88	100	97	96
Rio Grande do Sul	95	91	85	114	113	105

Fontes: BASALDI, O. Força de trabalho na Agricultura Brasileira no período 1988-95. In: SOBER, 34, 1996, Aracaju. *Anais...* Aracaju v. I, p. 786-815, 1996; e Sensor Rural (<http://www.fseade.gov.br>).

(1) Considerado o nível tecnológico usual (médio).

Vale a pena assinalar ainda que, em função da própria metodologia utilizada, as estimativas da demanda da força de trabalho apresentadas captam melhor as tendências do emprego agrícola *stricto sensu*, ou seja, da demanda de trabalho assalariado no setor patronal da nossa agricultura. A demanda do setor familiar encontra-se, obviamente, subestimada, seja pela não inclusão de muitas das atividades agrícolas aí praticadas, seja pela própria medida de força de trabalho adotada<sup>18</sup>.

Os dados da Tabela 11 mostram ainda que a expansão das áreas colhidas nos últimos anos não vem se refletindo no nível de demanda de força de trabalho agrícola, mas as quedas sim. Isso se deve fundamentalmente ao fato que as culturas que aumentaram suas áreas nos anos 90 são pouco intensivas em uso de mão-de-obra, casos do milho, soja e outros grãos, que em conjunto responderam por quase metade da demanda de força de trabalho agrícola estimada para o País. Ao contrário, as culturas que apresentaram redução de área colhida – como o cacau, o algodão e o café – são grandes absorvedoras de mão-de-obra. Em função disso, são poucos os estados e regiões que mostraram aumento na demanda de força de trabalho agrícola.

Outro aspecto interessante a destacar nas estimativas calculadas pela FSEADE é que cerca de  $\frac{3}{4}$  da demanda de força de trabalho agrícola do País está concentrada em apenas 6 culturas: milho (18-20%), cana-de-açúcar (12-15%), café (11-15%), mandioca (11-14%), arroz (6-8%) e feijão (6-8%). E que, com exceção do café, todas as outras 5 principais culturas (em termos da demanda de força de trabalho a nível do País) estão mecanizando cada vez mais a colheita, quando é sabido que essa atividade é, de longe, a maior empregadora de mão-de-obra no ciclo produtivo.

Antes de terminar essa seção é importante deixar claro que o corte rural/urbano do IBGE tem muitas limitações. A mais importante delas é a que se baseia numa definição estritamente legal: urbana é a área delimitada pelo perímetro urbano, assim definida segundo a legislação de cada município na data do censo populacional. Ou seja, o recorte urbano/rural permanece fixo nos intervalos intercensitários, o que poderia prejudicar a comparação entre as PNADs cuja amostra é derivada da mesma base censitária. Por outro lado, isso nos permite captar exatamente a “invasão” do rural pelo urbano dentro dos intervalos censitários, que é um dos aspectos mais importantes dessa “urbanização do meio rural” a que vimos nos referindo.

Mas, o mais grave é o fato de que muitos municípios não atualizam periodicamente o seu perímetro urbano<sup>19</sup>, deixando como rurais

18 A unidade de medida da força de trabalho considerada pela FSEADE é o equivalente-homem-ano (EHA) que corresponde a 200 jornadas/ano de um homem adulto num ritmo de trabalho assalariado (Sensor Rural, <http://www.fseade.gov.br>).

19 Agradeço à Maria de Fátima Araújo da FSEADE pelo alerta em relação a esse ponto.

áreas que já foram efetivamente urbanizadas do ponto de vista da expansão dos serviços públicos de água, esgoto, asfalto, coleta de lixo *etc.* Os dados da Pesquisa Municipal Unificada (PMU) da FSEADE mostram que, em 1992, dos 572 municípios do Estado de São Paulo pesquisados, 258 (excluída a capital) informaram a data da última alteração no seu perímetro urbano. Destes, apenas 28% – mas que continham 44% da população do universo dos municípios de informantes – declararam haver alterado o seu perímetro urbano até 1980; 57% dos municípios informantes, onde residiam 43% da população, declararam haver alterado a lei entre 1981 e 1991; e outros 15% dos municípios, que continham 11% da população dos municípios informantes, haviam feito alteração no seu perímetro urbano naquele mesmo ano de 1992.

Visando corrigir essa distorção decorrente da não-atualização dos perímetros urbanos – particularmente por parte dos municípios maiores – o IBGE introduziu no Censo de 1991 outras unidades territoriais além das tradicionalmente utilizadas (**urbana, rural e rural ou urbana isoladas**), quais sejam: **áreas especiais** (de conservação e preservação ambiental, comunidades indígenas *etc.*); **aglomerados subnormais** (favelas e similares); **áreas urbanizadas** (dentro do perímetro legal e que apresentam efetiva urbanização); **áreas não-urbanizadas** (dentro do perímetro mas que não apresentam efetiva urbanização) e **aglomerados de extensão urbana**, assentamentos externos ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidas a partir da expansão de uma cidade ou vila.

Dessa maneira, os resultados obtidos a partir dos microdados das PNADs podem ser apresentados em 6 cortes distintos, a saber: urbana urbanizada, urbana não-urbanizada, rural extensão do urbano, urbana isolada, rural isolado e rural exclusive. As categorias “urbana não-urbanizada” e “rural extensão do urbano” procuram justamente dar conta do problema da extensão de fato das áreas urbanas sobre as rurais sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do censo<sup>20</sup>.

A Tabela 12 mostra os mesmos dados da PEA agrícola e não-agrícola da PNAD de 1992 apresentados na tabela anterior<sup>21</sup> segundo essas novas aberturas territoriais. Como se pode perceber, as diferenças são muito pequenas: o grosso da PEA, tanto agrícola como da não-agrícola, acabou sendo classificados nos espaços urbano e rural tradicionais. Os novos espaços “urbana não urbanizada” e “rural de expansão urbana” têm uma importância relativamente maior no caso da PEA agrícola: nesses novos espaços que representam a “invasão do rural pelo urbano” residem 8% das pessoas que

20 A proposta dessa mudança é de Fredrich, Brito, Rocha (1983).

21 Eventuais diferenças devem-se aos informantes sem declaração para os novos quesitos de classificação apresentados.

declararam trabalhar 15 horas ou mais em atividades agropecuárias na semana de referência da PNAD de 1992. Essa proporção aumenta para 10% em 1995, mas é preciso ter claro aí que o critério de classificação das áreas permaneceu fixo, ou seja, é o mesmo espaço territorial definido no Censo Populacional de 1991, como já alertamos anteriormente.

**Tabela 12**  
**ATIVIDADE PRINCIPAL**  
**SEGUNDO AS NOVAS ABERTURAS TERRITORIAIS**  
**DA SITUAÇÃO DO DOMICILIO:**  
**SÃO PAULO, 1992**

População	Agrícola	Não-agrícola	Total	% agrícola	% não-agrícola	% total
Urbana	591.575	11.907.191	12.498.766	48	96	91
Urbana isolada	28.717	96.472	125.189	2	1	1
Não-urbanizada	42.274	65.407	107.681	2	1	1
Rural urbana	50.307	102.064	152.371	4	1	1
Rural povoado	0	13.575	13.675	0	0	0
Rural rural	566.096	279.433	845.629	44	2	6
Total urbana	662.566	12.069.070	12.731.636	52	97	92
Total rural	616.403	395.072	1.011.675	48	3	8
<b>TOTAL</b>	<b>1.278.969</b>	<b>12.464.142</b>	<b>13.743.311</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: PNAD 1992 (dados originais reprocessados na FSEADE por Flávio Bolliger, segundo o conceito de 1981).

Mas o mais importante é o peso que esses novos espaços da expansão urbana tem nas atividades não-agrícolas *vis-à-vis* os espaços rurais tradicionais. Como se pode ver, pelos dados apresentados na Tabela 12, o número de ocupados em atividades não-agrícolas residentes em áreas rurais desenvolvidas a partir da expansão urbana e em povoados rurais representavam quase 116 mil pessoas em 1992, ou seja, quase 30% das pessoas residentes no meio rural paulista que, na semana de referência, declararam estar ocupadas pelo menos 15 horas em atividades não-agrícolas. Esse é um indicador muito importante que uma parte significativa dessas novas ocupações não-agrícolas deve-se a pessoas que buscam o rural como um espaço de moradia por razões econômicas ou em busca de melhor qualidade de vida, mas mantêm suas ocupações em setores urbanos. Esse é um filão que merece ser melhor explorado, especialmente a partir da ótica do crescimento da indústria da construção civil e dos setores de prestação de serviços pessoais com os novos cortes possibilitados pelas PNADs de 1992, 1993 e 1995.

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às Regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços **não-materiais e não-suscetíveis de desenraizamento**, para usar a terminologia consagrada pelo grupo de Pisani (Pisani *et al.*, 1996).

No entender de Muller (1995, p. 223-247):

*“o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer e bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.*

*A integração da produção agrária nas relações sócio-econômicas do complexo agroindustrial, de um lado, e nas relações comunitárias locais-regionais, de outro, abre oportunidades de encaminhar – não resolve de uma vez – os problemas existentes pelos processos herdados e pelos problemas potenciais oriundos da nova e mais radical modernização do agribusiness. A realização dessas oportunidades requer incentivos econômicos e culturais e políticas inovadoras, que busquem novas formas de gestão política e pública”.*

As implicações desse diagnóstico para as políticas agrárias são muitas, em especial para a tão sonhada reforma agrária, que não precisa ser

mais essencialmente agrícola, pelo menos no eixo centro-sul do País, tema que foi desenvolvido em outra oportunidade (Graziano da Silva, 1996b).

Em relação à política de emprego, as evidências aqui acumuladas indicam que o trabalho assalariado agrícola vem diminuindo rapidamente nos anos 90; e a ocupação em atividades agrícolas só não vem caindo mais rapidamente porque vem crescendo o número de pessoas que se dedicam a atividades agrícolas em tempo parcial e de autoconsumo, especialmente nos segmentos da agricultura familiar. E mais: os rendimentos derivados das atividades agrícolas continuam a ser os mais baixos, especialmente daquelas pessoas que vivem em áreas rurais.

A combinação desses dois elementos – tempo parcial e baixo rendimento – transforma as famílias que vivem exclusivamente de atividades agrícolas em pobres, com destaque para os agricultores da região NE<sup>22</sup> ligados à produção familiar tradicional (conta-própria + não-remunerados + autoconsumo). E as indicações disponíveis nos permitem levantar com ênfase a hipótese de que são exatamente essas famílias – especialmente aquelas com maior número de filhos menores de 10 anos – que continuam a migrar para as periferias das pequenas e médias cidades do nosso interior.

Nunca é demais recordar que, em razão da elevadíssima concentração fundiária existente no País, em poucas regiões o desenvolvimento agrícola do setor patronal caminhou junto com o desenvolvimento rural. Na maioria dos casos, a elevação dos rendimentos físicos da produtividade do trabalho nas culturas das atividades agropecuárias se fez acompanhar de uma intensificação do êxodo em direção às cidades e do emprego de miseráveis “bóia-frias”. Acabou-se a ilusão de que a “revolução verde” acabaria simultaneamente com a fome nas cidades e a miséria nos campos.

Resumindo, podemos dizer que nos segmentos não-patronais, as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para mantê-los residindo no meio rural em condições dignas de vida.

A criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais (FAO, 1995; Chiriboga, 1992) vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de **desenvolvimento rural** impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não-necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural.

---

22 Ver a respeito o item B do Anexo III recente relatório do Banco Mundial (1996).

Lamentavelmente, a visão dos nossos dirigentes vem sendo a de insistir no desenvolvimento agrícola como estratégia para a solução do emprego e da pobreza rural<sup>23</sup>. Nos níveis federal e estadual, o poder público tem insistido na estratégia de buscar o desenvolvimento agrícola como se esta fosse a única (e melhor) maneira de se atingir o desenvolvimento rural. A recente mudança na legislação do “Novo ITR” é apenas mais um exemplo nesse sentido: perdeu-se uma excelente oportunidade de se criar um instrumento de política que estabelecesse um disciplinamento do uso dos solos e das águas, permitindo a implantação de um zoneamento agrícola no meio rural, à semelhança do que existe hoje para os solos urbanos. E os municípios continuam sem um instrumento eficaz de intervenção num espaço que continua sob o arbítrio do privado, mas que é cada vez menos agrícola. E isto afeta a produção de bens que requerem a regulamentação do poder público, como o lazer, o turismo, a preservação ambiental e a moradia.

Mas uma política de emprego rural não deve se centrar apenas na reforma agrária e na criação de ocupações não-agrícolas. Em trabalho anterior (Graziano da Silva, 1995c), mostramos que no caso brasileiro existe uma clara gradação no aumento da pobreza das famílias cujo chefe tem como fonte de renda principal atividades agrícolas, quando o domicílio se desloca das zonas metropolitanas para as zonas urbanas não-metropolitanas; e das pequenas e médias cidades para as zonas rurais<sup>24</sup>. Os dados da PNAD de 1990, por exemplo, mostram que, mesmo nas regiões mais pobres do País como o NE, a porcentagem de famílias agrícolas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo é muito maior na zona rural. E, no que se refere às zonas urbanas, os dados mostram um aumento da frequência de famílias pobres, quando se passa das zonas metropolitanas para as não-metropolitanas, com exceção da Região Sudeste.

---

23 A exceção à regra é o PROGER rural – Programa de Geração de Emprego e Renda – desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e operado pelo Banco do Brasil com repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o objetivo de “vincular o crédito ao efetivo desenvolvimento da área rural e absorver mão-de-obra na área rural”. Mas o “viés agrícola” dos nossos dirigentes é tão forte que na própria *home page* do Banco do Brasil, o PROGER é apresentado como um “Programa que apoia comunidades rurais no desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de alimentos”, e que “incentiva a implantação de projetos relacionados à racionalização das atividades rurais, à melhoria da produtividade ao correto uso da terra e à proteção do meio ambiente. Os recursos são destinados ao custeio (produção agrícola e pecuária) e investimentos rurais” (<http://www.ban-codobrasil.com.br>).

24 Aqui uma consideração adicional deve ser feita em relação às maiores dificuldades de captação dos rendimentos agrícolas; e outra a respeito do maior tamanho das famílias agrícolas que têm mais filhos menores que as urbanas.

Kageyama, Rehder (1993), mostraram que a melhor condição de vida da população rural não está necessariamente associada a maiores índices de modernização agrícola (medido por indicadores relativos à base técnica da produção agrícola). A variável mais importante detectada pelos autores citados foi o que poderíamos chamar de “grau de urbanização do interior”, ou seja, excluía a porcentagem da população urbana que reside na capital e/ou região metropolitana com o objetivo de captar a dispersão da rede urbana no interior dos estados. Isso permitiu aos autores “diferenciar os estados em que, embora seja alta a proporção da população urbana, esta concentra-se na capital e seu entorno, daqueles onde o processo de urbanização estendeu-se pelo interior, beneficiando assim também áreas rurais vizinhas”.

Os autores mostraram também que nos Estados do Centro-Sul do País as diferenças entre as taxas de urbanização com e sem as capitais tendem a ser bem menores que nos Estados das Regiões Norte e Nordeste. Os resultados obtidos mostram uma correlação altamente significativa entre o grau de urbanização do interior dos estados e o nível de vida da sua população rural. Segundo os autores citados

*“a extensão da rede urbana no interior dos estados ao levar para essas áreas uma infra-estrutura, por mínima que seja, de água, saneamento, eletricidade e comunicação em geral, acaba por beneficiar as áreas rurais próximas”.*

Segundo o Censo de 91 mais de um quinto da população brasileira reside em municípios de menos de 20 mil habitantes; e aí se concentra a maioria da população rural brasileira e também da PEA agrícola com domicílio urbano. A falta de infra-estrutura social básica nesses locais onde as atividades giram em torno da agropecuária, transformou esses povoados apenas num passo intermediário do êxodo em relação às nossas metrópoles. Por isso é fundamental que também nessas pequenas e médias cidades do nosso interior se implemente a estratégia da criação de empregos não-agrícolas, dotando-as de infra-estrutura adequada (luz, água, esgoto, saneamento básico, creches, escolas, hospitais etc.) e estimulando a instalação de agroindústrias visando aumentar o valor agregado da produção agropecuária local e evitando os conhecidos “passeios da safra”, que, além de prejudiciais ao País como um todo, drenam a maior parte do excedente da renda agrícola das regiões interioranas.

Podemos dizer que o mundo rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. O meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e “novos” tipos de ocupações:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente às famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana *etc.*;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos).

## 6 BIBLIOGRAFIA

- ANJOS, F. S. *Agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, SC. Pelotas* : Ed. Universitária, 1995. 169p.
- ABRAMOVAY, R., SACHS, I. Habitat: a contribuição do mundo rural. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, p. 11-16, São Paulo, jul/set 1995.
- ALEGRE, E. A. Estructura de las explotaciones agrárias y externalización del proceso productivo. *Revista de Economía*, n. 66, p. 101-117, Madrid, feb. 1989.
- BAPTISTA, F. Famílias e explorações agrícolas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 4, 1994, Concepcion. *Anais...* Concepcion, 1994.
- BARLETT, P. Part-time farming: saving the farm or saving the lyfestyle? *Rural Sociology*, v. 51, n. 3, p. 289-313, EDA, 1986.
- BLAKELY, E., BRADSHAW, T. América rural: um novo contexto. *Agricultura y Sociedad*, n. 36-37, Madrid, 1985.
- BONETE, P. R. *Condicionamentos internos y externos de la PAC: eleccion, mantenimiento y abandono de la proteccion via precios*. Madrid : Min. Agricultura, 482 p. 1994. (Serie Estudios).
- BASALDI, O. Força de trabalho na Agricultura Brasileira no período 1988-95. In: SOBER, 34, 1996, Aracaju. *Anais...* Aracaju v. I, p. 786-815, 1996.
- CASADO, J. *Bóia-fria já bate o ponto*. O Estado de São Paulo, 5/5/96, 1996, p. b-6.
- CHIRIBOGA, M. Hacia uma modernización democrática y incluyente de la agricultura. In: MACHADO, A (comp.). *Desarrollo rural y abertura econômica*. Bogota : Fondo DRI-ICA, 1992
- FAO. *El estado mundial de la agricultura y de la alimentación*. Roma : Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 1995. (cap. Brazil).
- FREDRICH, O., BRITO, S., ROCHA, S. Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílios para fins censitários. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 44, n. 173-174, p. 199-225, Rio de Janeiro, jan/jun 1983.

- FUNDAÇÃO SEADE. *O novo retrato de São Paulo*. São Paulo, Sistema Estadual de Análise de Dados, 1992.
- , *Força de trabalho na agricultura paulista*. São Paulo : Fundação SEADE. 101 p. 1996.
- GASSON, R. *The Economics of part-time farming*. England : Longman, 1988.
- GOODMANN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro : Campus, 1990.
- , WATTS, M. Reconfiguring the rural or fording the divide? Capitalist reestructury and the global agro-food sysstem. *The Journal of Reasant Studies*, v. 22, n. 1, p. 1-49, oct. 1994.
- GREEN, R., SANTOS, R. *Economia de red y reestructuración del sector agroalimentario*. Paris : INRA, 1991.
- KAGEYAMA, A., REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia Sociol. Rural*, v. 31, n. 1, p. 23-44, Brasília, jan/mar 1993.
- LIPIETZ, A., LEBORGUE, D. O pós-fordismo e seu espaço. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 8, n. 25, p. 12-29, São Paulo, 1988.
- MARX. *O capital*, v. 1, cap. 13: maquinária e indústria moderna.
- MARSDEN, T. Reestructuring rurality: from order to disorder in agrariam political economy. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 3-4, p. 312-317, 1989.
- MENÉNDEZ, L. S. Tendencias recientes en las zonas rurales: de la industrializacion a los servicios? *Agricultura y Sociedad*, n. 36-37, Madrid, jul/dec 1985.
- MINGIONE, E., PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 22, p. 83-89, Lisboa, abr 1987.
- MÜLLER, G. Brasil agrário: heranças e tendências. In: *Brasil em Artigos*. São Paulo : FSEADE, p. 223-247, 1995.
- PERALES, R. B. *Condicionamentos internos y externos de la PAC: eleccion, mantenimiento y abandono de la protección via precios*, 482p., Madrid : Min. Agricultura, 1994. (Série Estudios).

- PISANI, E. *et al.* Que agricultura queremos para la Unión Europea? *El Pais*, 17/04/96, Madrid, 1996.
- PUGLIESEI, E. Agriculture and the new division ou of labour. In: FRIELDLAND, W. *et al.* (eds.). *Towards a new political economy of agriculture*. Boulder : Westview Press, cap. 6, 1991.
- RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL. Avaliação da pobreza no Brasil. Brasília : Divisão de Operações e Recursos Humanos, v. 2, p. 52-61, 1996.
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no RS: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, v. 16, n. 1, p. 105-129, Porto Alegre, 1995.
- SHULTZ, T. *Transformando a agricultura tradicional*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1965.
- SILVA, J. G. Resistir, resisitir, resisitir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, 33, 1995, Curitiba. *Anais...* Curitiba, v. 1, p. 792-798, 1995a.
- Evolução do emprego rural e agrícola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995, Curitiba. *Anais...* Curitiba, v. 2, p. 1437-1459, 1995b.
- Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P., REYDON, B. (orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas : ABRA, p. 127-150, 1995c.
- G. *A Nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1996a. 217 p.
- Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. *Revista Agroanalysis*, v. 16, n. 3, p. 8-11, Rio de Janeiro, mar 1996.
- , *et al.* O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 2, p. 60-72, São Paulo, abr/jun 1996.